

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº III DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

O Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o princípio da publicidade disposto no *caput* do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o Decreto nº 316, de 06 de novembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 597, de 16 de junho de 2016, que regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências;

Considerando que os Comitês de Bacia Hidrográfica são órgão colegiados integrantes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, e como tais, possuem natureza de entes integrantes da Administração Pública;

Considerando que o Princípio da Legalidade é um dos Princípios basilares do Direito Administrativo e deve ser seguido por todos os entes da Administração Pública;

Considerando que a Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos limita a atuação dos membros do Sistema de Gerenciamento de Recursos hídricos às questões relacionadas à gestão das águas;

Considerando que, de acordo com o Art. 20 da Lei Estadual nº 6945/97, o CEHIDRO tem entre as suas competências acompanhar a implantação da Política de Recursos Hídricos no Estado e julgar recursos administrativamente interpostos no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando que a Política de Pesca de Mato Grosso foi instituída pela lei nº 9.096 de 16 de janeiro de 2009;

Considerando que desde 2015 encontra-se em funcionamento o Conselho Estadual de Pesca, que tem a competência de estabelecer zonas e épocas em que é interditada a atividade pesqueira, incluindo-se os períodos de piracema;

Considerando que o CEPESCA, através da C.I. nº 011//CEPESCA/GSEMA/SEMA-MT/2018, solicita a revogação da Resolução nº 009, de 11 de junho de 2018, do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Lourenço, que dispõe sobre a criação de Câmara Técnica para estudo de caso do período de piracema

RESOLVE:

Art. 1º – Revogar a Resolução nº 009, de 11 de junho de 2018, do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Lourenço, que dispõe sobre a criação de Câmara Técnica para estudo de caso do período de piracema, por se tratar de um ato inválido de acordo com o Princípio da Legalidade.

Parágrafo Único Revogam-se todas as deliberações e atividades desenvolvidas no âmbito da referida câmara técnica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS TORRES BABY
Secretário de Estado de Meio Ambiente
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

**Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 21/11/2018*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*